COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 1.928, DE 2011

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, estabelecendo condições para a incineração de resíduos sólidos.

Autor: Deputado **ADRIAN**

Relator: Deputado GIOVANI CHERINI

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em tela altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305/2010, a Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Dispõe que a incineração ou o aproveitamento energético dos resíduos sólidos ficam condicionados à comprovação de serem a melhor alternativa para a destinação final, ponderados os aspectos ambiental, econômico e técnico e assegurado o controle de emissão de gases tóxicos e outros poluentes.

Atualmente, o § 1º do art. 9º da lei estabelece que “poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental”.

Aberto o prazo regimental nesta Câmara Técnica, não foram apresentadas emendas à proposição pelos Parlamentares.

II – VOTO DO RELATOR

Não obstante ser louvável a intenção do ilustre Autor com o controle ambiental rigoroso da gestão dos resíduos sólidos, entendemos que

a redação atual do § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305/2010 é preferível à proposta pelo projeto de lei. Explicaremos o porquê.

O projeto de lei não considera que, em face do próprio *caput* do art. 9º da Lei nº 12.305/2010, as alternativas de tratamento térmico dos resíduos sólidos serão sempre precedidas de operações para reutilização ou reciclagem dos resíduos. Observada a ordem de prioridade estabelecida na lei – não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos –, a incineração e a recuperação energética reduzem a quantidade de materiais destinados aos aterros sanitários, reduzindo o problema de disponibilidade de grandes áreas para implantação dessas áreas de disposição final, bem como os gastos das municipalidades com sua manutenção.

Deve ser destacado que a recuperação energética constitui alternativa altamente adequada do ponto de vista ambiental, uma vez que, além de contribuir para a minimização do volume de rejeitos encaminhados à disposição final, transforma os resíduos em fontes alternativas de energia.

É importante compreender que qualquer processo de queima de resíduos gera emissões gasosas, como o dióxido de carbono, o óxido nitroso e outras substâncias, mas essas emissões podem ser totalmente controladas pelas tecnologias hoje existentes. O processo de queima também gera escórias, mas esses materiais podem ser destinados à confecção de blocos pré-moldados, pisos pré-asfalto em estradas ou outros fins.

Cabe registrar, também, que as instalações destinadas à incineração ou recuperação energética passam por licenciamento ambiental anterior à sua instalação e operação. Hoje, as unidades de incineração ou recuperação energética existentes no país estão enquadradas às normas ambientais em vigor no país e, também, aos padrões estabelecidos em normas técnicas internacionais.

Por fim, coloca-se em relevo que, pelas informações que obtivemos em publicações técnicas, há atualmente mais de oitocentas unidades de recuperação energética em operação em países que são reconhecidos como referência em termos de política ambiental, como Holanda, Alemanha e Japão.

Em face do exposto, não há justificativa consistente para a alteração pretendida pelo projeto de lei em questão.

Somos, então, pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1.928, de 2011.

É o Relatório.

Sala da Comissão, em   de   de 2011.

Deputado GIOVANI CHERINI.